



Ex.mos(mas) Senhores(as)

Primeiro-Ministro; Ministro das Finanças; Ministro da Defesa Nacional; Ministra da Presidência e da Modemização Administrativa; Mínistro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministro da Administração Intema; Ministro da Educação; Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro; Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros; Secretária de Estado Adjunta e da Modemização Administrativa; Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público; Secretário de Estado Adjunto e das Finanças; Secretário de Estado das Autarquias Locais; Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretária de Estado Adjunta e da Educação; Secretário de Estado da Educação; Secretário de Estado da Juventude e do Desporto; Presidente do Governo Regional dos Açores; Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (RAA), Secretaria Regional da Solidariedade Social (RAA), Secretaria Regional da Educação e Cultura (RAA), Presidente do Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação (RAM), Aos Presidentes das Câmaras Municipals e das Juntas de Freguesia; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; à União das Misericórdias Portuguesas; à União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associação Nacional de Municípios Portugueses; Associação Nacional de Freguesias;

A todas as entidades interessadas;

C/c a Sua Excelência o Senhor Presidente da República

PRÉ-AVISO GREVE

- Considerando que o sistema público de ensino carece da valorização dos seus profissionais, nomeadamente dos trabalhadores não docentes e, tendo a FESAP Federação dos Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos, promovido uma Petição no sentido do restabelecimento das carreiras destes trabalhadores, a que se seguiu a aprovação de Resolução da Assembleia da República nesse sentido e que veio a ter lugar no dia 15.12.2017, a qual se manifestou no sentido de recomendar ao Governo, em negociação com as organizações sindicais, o restabelecimento da carreira dos trabalhadores não docentes.
- Porque a precariedade e insuficiência continuam a ser caraterísticas que se associam às escolas quando se fala em trabalhadores não docentes.
- Porque as necessidades permanentes das escolas continuam a ser asseguradas pelo recurso a trabalhadores sem vínculo e a tempo parcial, para os quais não se vislumbra qualquer expetativa de vinculação. Mesmo os trabalhadores que têm acumulado contratações sucessivas não vêm assegurado o direito à entrada nos quadros.
- Porque não se tem verificado, da parte do Ministério da Educação, a assunção clara das suas responsabilidades em relação a estes trabalhadores. E mesmo a forma como tem assegurado a







contratação, a título precário, de trabalhadores não docentes, continua a traduzir-se numa insuficiência destes trabalhadores que marca negativamente a generalidade das escolas portuguesas.

E, foram muitas as circunstâncias em que se alertou para a necessidade de se adotarem procedimentos concretos que constituíssem resposta para a insuficiência, a precariedade e a falta de reconhecimento que estão associadas a estes trabalhadores.

Pelo que, com a presente iniciativa de greve, se pretende que:

- O Ministério da Educação e o Governo iniciem rapidamente a negociação com as organizações sindicais com vista ao restabelecimento das carreiras especiais dos trabalhadores não docentes;
- O Governo reconheça que tem de haver em 2019 uma valorização salarial para a Administração Pública que tenha particularmente em atenção as remunerações mais baixas, de forma a mitigar os efeitos negativos da ausência de acréscimos salariais desde há mais de dez anos e ainda dos justos aumentos, sem a perda dos créditos para progressão;
- E, bem assim, que os milhares de trabalhadores não docentes da Educação que têm servido dedicadamente as escolas, mas precariamente, sejam integrados nos quadros do Ministério da Educação;
- As escolas estejam dotadas, com estabilidade, do número de trabalhadores não docentes essenciais ao seu regular funcionamento;
- A revisão da Portaria de Rácios.

Deste modo,

A Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos-FESAP, NIPC 510488595, com estatutos publicados no BTE nº 35, de 22.09.2012 e sede social sito na Rua Damasceno Monteiro 114, 1170-113 Lisboa vem, em representação dos sindicatos nela integrados, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 530º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro e nos termos dos artigos 394º a 396º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014 de 20 de junho, declarar e tornar pública greve para os trabalhadores em funções públicas, abrangidos pelo âmbito estatuário dos Sindicatos que integram a FESAP, que prestam serviço não docente em todos os estabelecimentos do Sistema Nacional de Ensino Público, independentemente da natureza do







seu vínculo, cargo ou funções, vinculados em regime de emprego público ou em regime laboral comum, entre as 00H00 horas do dia 21 de março de 2019 e as 24H00 horas do dia 22 de março de 2019, como forma de luta e de protesto pelos motivos invocados.

Nos termos da lei, a FESAP e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações.

Para os efeitos do disposto no artigo 397º, nº 2, alínea e) da Lei nº 35/2014, de 20.06, indica-se, caso aplicável, sejam os serviços mínimos regulados nos termos previstos nos acordos ou acórdãos de arbitragem estabelecidos em greve anterior.

Por conseguinte, reitera-se que os trabalhadores, que prestam serviço não docente em todos os estabelecimentos do Sistema Nacional de Ensino Público, independentemente da natureza, do vínculo, cargo ou função, vinculados em regime de emprego público ou em regime laboral comum, encontram-se em greve, nas condições supra mencionadas, se outro motivo não declararem expressamente.

Sede Nacional da FESAP, 06 de março de 2019

FESAP

A FESAP

Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos Sede: R. Damasceno Monteiro 114 1170-113 Lisboa Telefone 210122600 Fax 210122622

Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos - SINTAP Professores Zona Centro societaria de Educação da Zona Centro confessores Zona Centro societaria de Educação da Zona Centro societaria de Educação da Zona Centro confessores de Educação da Zona Centro societaria de Educação da Zona Sul e Regiões Addonomas societaria de Educação da Zona Norte statembrinos e Auxiliares de Educação dos Professores dos Aguas e Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação dos Discussores dos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação dos Discussores dos Aguas e Superiores dos Aguas e Superiores dos Professores da Grande Usboa des Indicatos dos Professores da Madeira superiores com Sporte dos Professores dos Aguas e Superiores dos Professores dos Superiores dos Professores dos Aguas e Superiores dos Professores dos Aguas e Superiores dos Professores dos Aguas e Superiores dos Professores dos Superiores dos Trabalhadores dos Professores sindependentes e Findicato dos Professores dos Superiores de Disposición de Findicato Registros de Findicato dos Professores dos Superiores de Disposición de Findicato Registros de Findicato dos Professores dos Superiores de Professores dos Superiores de Professores dos Superiores dos Professores dos Superiores dos Superiores dos Superiores dos Superiores dos Supe